
SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

EDITORIAL

Trabalho, lutas sociais e Serviço Social

A agudização da crise capitalista nas primeiras décadas deste século, especialmente para os países com histórico de colonização na sua formação social e localizados na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, redesenha e reconfigura a dinâmica do mundo laboral, que se apresenta cada vez mais multifacetado e precarizado, uma vez que considera as diversas dimensões de exploração, dominação e opressão que o atravessam, como as questões de classe, gênero, sexo, raça, etnia, geração e território.

No mesmo contexto, também marcado por contrarreformas neoliberais e medidas de austeridade que alteram a relação entre o Estado e a sociedade, muitos desafios se impõem para as classes trabalhadoras e os demais segmentos dominados no que se refere às suas lutas sociais ampliadas, que se dão nos múltiplos espaços da vida social, como as lutas urbanas, sindicais, camponesas, indígenas etc. A partir dessa realidade, em que nos deparamos com muitas ações e medidas circunscritas ao plano de manutenção da ordem social capitalista, emoldurada pela cidadania e pela democracia burguesa, é necessário questionar e problematizar a respeito de qual é o horizonte que se coloca para as lutas sociais desses segmentos no sentido da construção de uma sociedade emancipada que esteja para além do capital.

Nesse caso, quais são as perspectivas, os limites e as possibilidades para o enfrentamento dessa sociabilidade, que se limita a reproduzir interesses capitalistas, que servem para a manutenção e a reprodução das explorações, dominações, opressões e desigualdades sociais? As organizações e lutas coletivas das classes trabalhadoras e dos demais segmentos dominados vislumbram a superação dessa realidade e a construção de uma sociedade pautada na liberdade, na justiça social e na igualdade substantiva? Quais são os desafios postos na atualidade para o enfrentamento dessa realidade?

Trata-se de transformações societárias e problematizações que incidem também no Serviço Social, quando se pensa na imbricada relação entre a formação, o trabalho profissional e a organização coletiva da categoria, como é o caso, por exemplo, da expansão dos cursos privados e à distância na área e da intensificação de formas precárias de contratação de assistentes sociais, que se deparam com modalidades contratuais caracterizadas pela flexibilização, pela terceirização, por contratos por projetos e pela “pejotização”, dentre outras modalidades. Além disso, constata-se também a luta de assistentes sociais pela efetivação da jornada de 30 horas semanais sem a redução do salário e com os demais direitos sociais e trabalhistas. Tais exemplificações são parte das múltiplas manifestações das contradições colocadas na relação capital-trabalho.

Cabe destacar que, nas últimas décadas, o Serviço Social no Brasil passou por um processo de renovação, que o aproximou de aportes críticos, referenciados na tradição marxista, que se expressam nas pesquisas e no conhecimento produzido, na formação como um todo e no exercício profissional mediado pelos espaços sócio-ocupacionais. Contudo, diante da complexa realidade e dinâmica societária contemporânea, inúmeros têm sido os desafios no processo de fortalecimento do projeto profissional construído desde então.

Diante deste preâmbulo, a Revista SER Social, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO), torna público, no seu volume 26, o número 55 do referido periódico, que apresenta o tema: “Trabalho, lutas sociais e Serviço Social”.

Nos textos direcionados para a temática desta edição, temos o artigo: “*Serviço Social e lutas sociais: relato de uma experiência na Prefeitura de São Paulo (1979-1982)*”, de Maria Beatriz Costa Abramides e Maria Lúcia Duriguetto, cujo título e cuja autoria já revelam a densidade e relevância do seu conteúdo. No referido relato, as autoras trazem à tona a experiência de trabalho de assistentes sociais aguerridas, em conjunto com outros profissionais, na Prefeitura de São Paulo, diante da dinâmica de relações, articulações, desafios e criminalização dos movimentos sociais e do trabalho profissional no âmbito da garantia do direito à moradia no contexto turbulento de 1979 a 1982, o que se mescla também com o período de ascensão do movimento operário e sindical. O artigo expõe o contexto embrionário de construção coletiva de uma nova direção social para o Serviço Social, especialmente no interior de um espaço sócio-ocupacional em relação direta com movimentos e mobilizações sociais diante do direito à cidade de São Paulo.

Outro importante debate é oferecido no artigo: “*Campi interiorizados da UFPE e o desafio da sua consolidação: uma análise a partir dos indicadores acadêmicos e profissionais da instituição*”, de autoria de Tatianne Amanda Bezerra da Silva. Nele, a autora analisa, a partir de relevante pesquisa documental na UFPE, a expansão interiorizada da Universidade Federal de Pernambuco e as suas repercussões para as atividades acadêmicas (pesquisa e extensão, em particular), a partir de dois polos de descentralização: o Centro Acadêmico do Agreste e o Centro Acadêmico de Vitória. O artigo revela uma análise crítica e apurada sobre as condições diferenciadas de desenvolvimento do trabalho acadêmico entre os *campi*, em conformidade com a luta pela expansão da educação superior pública, sobretudo com qualidade e condições objetivas para a sua garantia.

As mudanças no mundo do trabalho advindas com a pandemia de Covid-19 e no período pós-pandemia são abordadas nos artigos: “*Trabalhadoras domésticas, mobilizações e redes sociais durante a pandemia de Covid-19*”, de Alexandre Barbosa Fraga e Marco Aurélio Santana, e “*Teletrabalho: a desigualdade de gênero em evidência*”, de Alzira Mitz Bernardes Guarany e Janaína Amaral de Moura. O primeiro trata da precariedade das condições de trabalho de empregadas domésticas (que estiveram mais expostas aos riscos de contaminação) e das estratégias de mobilização pelas redes sociais realizadas pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, juntamente com

movimentos sociais classistas, feministas e negros. O segundo aborda os efeitos do teletrabalho nos processos profissionais de servidoras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de entrevistas, as autoras identificaram o aumento da demanda do trabalho reprodutivo e produtivo no cotidiano das servidoras e os impactos em sua saúde mental, destacando a desigualdade na divisão do trabalho doméstico, o que sobrecarrega as mulheres.

O debate sobre a organização sindical é destacado no artigo: “*Redes insurgentes: como o movimento Black Lives Matter ajudou a reorganizar o sindicalismo estadunidense?*”, de Ruy Gomes Braga Neto, que tem como ponto de partida o movimento Black Lives Matter, nos Estados Unidos, em 2020, motivado pelo assassinato de George Floyd pela polícia de Minneapolis. A análise destaca a conexão entre a luta pela justiça racial e a luta pela justiça econômica no caso específico da Amazon Labor Union, o primeiro sindicato da empresa Amazon nos EUA.

O artigo: “*As condições de reprodução da força de trabalho no Brasil e as estratégias extraeconômicas de subsistência entre 2021 e 2022*”, de Mizzaely Lacerda, por sua vez, constata que os baixos valores da força de trabalho e dos benefícios sociais são insuficientes para as despesas básicas das famílias, o que tem acarretado a adoção de estratégias extraeconômicas, como o consumo energético de lenha, a agricultura familiar e a autoconstrução de moradia. O debate parte da compreensão de determinações estruturais do capitalismo dependente e do caráter autocrático do Estado brasileiro.

Na seção de temas livres, a presente edição conta com seis artigos diversos em suas temáticas. São eles: “*Aspectos psicossociais da pobreza e dos programas de transferência de renda: existem pontes?*”, das autoras Carla Bronzo e Eduarda da Silva Moreira; “*Contribuição à crítica radical da ecologia: metabolismo social e ‘falha metabólica’*”, de Everton Melo da Silva; “*Consórcio público como alternativa às políticas sociais das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais*”, dos autores Máximo Alessandro Mendes Ottoni, Soraya Cavalcante Nunes Ottoni e Enilson Francisco dos Santos; “*Limites do conceito de ‘exclusão social’ e seu ocultamento dos fundamentos da ‘questão social’: implicações e desafios ao Serviço Social*”, de Paulo Roberto Felix dos Santos; “*Sistema colonial e trabalho escravo na acumulação primitiva do capital: a resistência negra no Quilombo dos Palmares*”, de Monique

Maria Rodrigues da Silva; e “*Subjetividade e hipervulnerabilidade no consumo de pessoas idosas*”, de autoria de Leonardo Valesi Valente, Márcia Regina de Assis, Frederico Augusto Tavares Junior, Mônica Machado Cardoso e Claudia Reinoso Araújo de Carvalho.

Constam também nesta edição duas resenhas, uma escrita por Wanderson de Andrade Fagundes, a partir do livro: “*Lutas de classes e o significado político do novo sindicalismo*”, publicação que é resultante da exitosa pesquisa de doutorado em Serviço Social (PPGSS-UFRJ) da professora Michelly Ferreira Monteiro Elias. Já a resenha de autoria de Júlia Hofmann Mota Campos tem como referência o livro: “*História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985*”, obra escrita por Maria Elaene Rodrigues Alves, no âmbito de sua tese de doutorado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Finalizando a presente edição, temos o privilégio de contar com duas excepcionais entrevistas, ambas realizadas pelo professor Reginaldo Ghiraldelli e pelo doutorando Guilherme da Hora Pereira, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO). A primeira tem como entrevistado Guillermo Ferriol Molina, intitulada: “*Trabajo, sindicalismo y seguridad social en Cuba*”. Professor Molina é presidente da Sociedade Cubana de Direito do Trabalho e de Seguridade Social, docente do ensino superior em Cuba e no exterior. Ele desenvolve estudos e pesquisas sobre o direito do trabalho, a seguridade social e as normas internacionais do trabalho em diversos países, como México, Estados Unidos, Brasil, Bolívia, República Dominicana e Guatemala. “*Trabajo, luchas sociales e imperialismo en América Latina*” é o título da segunda entrevista, realizada com Adrián Sotelo Valencia, sociólogo e pesquisador do Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

Esperamos que este número da Revista SER Social subsidie estudos e pesquisas cuja centralidade orbite em torno das categorias do trabalho e das lutas sociais e que se multiplique como eixo de discussão teórica e política nos processos de formação profissional e acadêmica no Serviço Social e nas demais áreas no campo das ciências humanas e sociais.

Comissão Editorial

Profa. Dra. Hayeska Costa Barroso (editora-chefe)
<https://orcid.org/0000-0002-8280-7187>

Profa. Dra. Camila Potyara Pereira
<https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>

Profa. Dra. Janaína Lopes do Nascimento Duarte
<https://orcid.org/0000-0003-4847-4048>

Profa. Dra. Kenia Augusta Figueiredo
<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
<https://orcid.org/0000-0002-9163-445X>

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori
<https://orcid.org/0000-0003-4536-5698>

TRASSO

Prof. Dr. Reginaldo Ghiraldelli
<https://orcid.org/0000-0002-9229-7686>

Profa. Dra. Maria Elaene Rodrigues Alves
<https://orcid.org/0000-0001-8233-9558>

Profa. Dra. Michelly Ferreira Monteiro Elias
<https://orcid.org/0000-0002-9163-445X>

Estagiárias

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas

Preparação de originais e revisão gramatical

Paulo Castro (Books Maze Publishers)

Diagramação

Books Maze Publishers